

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 30 de junho de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores do
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNQI Sociedade de Crédito S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Desenquadramento quanto aos Critérios de Elegibilidade da Lei 6.404

Chamamos atenção à nota explicativa nº 4 referente a constituição e subscrição das ações da Sociedade onde até 30 de junho de 2022, o montante equivalente a 10% dos valores das ações subscritas não estava integralizado, conforme posto no art. 80º da Lei 6.404 de 15 de novembro de 1976 (“Lei das S.A.”). Entretanto, conforme mencionado na nota explicativa nº 4 Evento Subsequente, em 22 de julho de 2022 foi aprovado pelo Banco Central a integralização do montante de R\$ 10.000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por nós, que emitimos relatório de auditoria em 30 de março de 2022 com parágrafo de ênfase referente ao desenquadramento quanto aos critérios de Exigibilidade da Lei 6.404.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

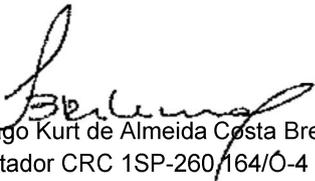
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de setembro de 2022



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
Contador CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.
Balanco Patrimonial
Em 30 de junho 2022
(Valores em expressos em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO		
Nota	30/06/2022	31/12/2021	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	-	-	Outras contas a pagar	-	-
Total do ativo circulante	-	-	Total do passivo circulante	-	-
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Permanente	-	-	Outras contas a pagar	-	-
Imobilizado	-	-	Total do passivo não circulante	-	-
Total do ativo circulante	-	-	Total do passivo e patrimônio líquido	-	-
			Patrimônio líquido	4	
			Capital social	10.000	10.000
			Capital social a realizar	(10.000)	(10.000)
			Total do patrimônio líquido	-	-
Total do ativo	-	-			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações dos resultados
Semestre findo em 30 de junho de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>-</u>	<u>-</u>
Operação de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas	-	-
Despesas de pessoal	-	-
Resultado operacional	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do semestre	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestre findo em 30 de junho de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado líquido do semestre	-	-
Resultado abrangente do semestre	-	-
Resultado abrangente do semestre	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Semestre findo em 30 de junho de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2021	10.000	(10.000)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.000	(10.000)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2022	10.000	(10.000)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)
Semestre findo em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro líquido do semestre	-	-
Atividades operacionais	-	-
Atividades de financiamento	-	-
(Aumento) / Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixas	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Início do semestre	-	-
Final do semestre	-	-
(Aumento) / Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

1 Contexto operacional

A BNQI Sociedade de Crédito Direto (“Companhia”, “BNQI” ou “SCD”) foi constituída em 30 de novembro de 2020 na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil com sede na cidade de São Paulo - SP. A BNQI SCD tem por objeto social a prática de operações de empréstimo, de financiamento, aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor. Prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros; Emissão de moeda eletrônica e instrumento de pagamento pós-pago nos termos da regulamentação em vigor.

Em 15 de julho de 2021, a BNQI SCD obteve autorização pelo BACEN para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência desta autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras. A Companhia solicitou a autorização para adotar os procedimentos aplicáveis do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), de acordo com os critérios determinados pelo Bacen.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	4.748/19

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela diretoria em 14 de setembro de 2022.

Em virtude de a Companhia ter sua autorização aprovada pelo BACEN em 15 de julho de 2021, a SCD não está apresentando as demonstrações financeiras com informações comparativas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Continuidade operacional: a Administração avaliou a capacidade da Companhia em começar a operar normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia operar em 2022 e no futuro. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em Real (R\$), que é e a moeda funcional da Companhia e a sua moeda de apresentação.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas normas exigem que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receita e despesas.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em Real (R\$), que é e a moeda funcional da Companhia e a sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas normas exigem que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receita e despesas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Instituição estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados.

4. Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia foi constituída em 17 de agosto de 2021, com o capital inicial de R\$10.000, dividido em 10.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Este capital social foi subscrito e será integralizado conforme apresentado no estatuto social da Companhia, na data de sua constituição.

O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda	100,00%
---	----------------

b. Destinações

O estatuto social prevê que do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados:

- 5% para o fundo de reserva legal até atingir 20% do capital social;

- 1% para dividendos aos acionistas, por determinação dos seus acionistas.

5. Gerenciamento de riscos

O BNQI possui uma estrutura específica e independente para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e controles internos, que abrangem a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito e de liquidez incorridos pela Companhia, incluindo o fluxo de caixa e das aplicações e dos recursos mantidos em contas de pagamento. A governança desta estrutura é realizada de maneira contínua e exerce papel elementar para os direcionamentos estratégicos da Companhia.

5.1 Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez do BNQI incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos de caixa, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.

O fluxo de caixa projetado da Instituição é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria para garantir que a Companhia tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas.

As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Instituição possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.

Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco. É importante ressaltar que o BNQI não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.

A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em a menor "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os excedentes de ativos apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

5.2 Risco de fraude

A Companhia está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do BNQI. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do BNQI. Dentro desse cenário, a Instituição está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / chargeback / MEDs).

A Companhia possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.

5.3 Estrutura Governança de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do BNQI é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos do BNQI permeia a Instituição como um todo, permitindo que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

Assim, a Administração do BNQI adota o modelo de três linhas de defesa, como segue:

- Primeira linha de defesa: funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- Segunda linha de defesa: consiste nas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- Terceira linha de defesa: composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do BNQI é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Instituição. Os principais comitês e fóruns estão descritos abaixo:

5.4 Comitê de Governança, Riscos e Compliance

- Acompanhar a efetividade das atividades e das ações relacionadas a gestão de Riscos e Controles Internos;
- Apreçar o relatório anual da estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez e os testes de aderência realizados pela Área de Gestão de Riscos e Compliance, determinando as ações e providências que se fizerem necessárias;
- Deliberar sobre situações excepcionais não claramente previstas nesta Política;
- Recomendar eventuais providências, ajustes ou revisões no relatório anual de estrutura de gerenciamento de Riscos de Liquidez;

5.5 Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Instituição e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

O BNQI possui uma estrutura de risco operacional e controles internos responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e eficácia do controle. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios (primeira linha de defesa), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados nos fóruns técnicos de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos.

As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

6. Eventos subsequentes

Em 22 de julho de 2022, foi deliberado e aprovado pelo Banco Central do Brasil a integralização de Capital Social no valor de R\$ 10.000 representado por 10.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

* * *